

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.195 - RN (2014/0272554-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : MARIA DE FATIMA SANTOS
ADVOGADOS : FÁBIO LUIZ MONTE DE HOLLANDA - RN000331A
TIAGO FERNANDES DE SOUZA E OUTRO(S) - RN006584
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR : FRANCISCO IVO CAVALCANTI NETTO E OUTRO(S) -
RN001812

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Maria de Fátima Santos, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte assim ementado (e-STJ, fl. 305):

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PROVENTOS DE AUDITOR FISCAL DO TESOUREO ESTADUAL. APOSENTADORIA. DIMINUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE. EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA. PODER ADMINISTRATIVO OBJETO DA 473 DO STF. EFEITOS DO ATO ADMINISTRATIVO QUE ATINGEM A ESFERA JURÍDICA E PATRIMONIAL DO BENEFICIÁRIO SEM QUE LHE SEJA OPORTUNIZADO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 5º, INCISO LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ENTENDIMENTO DO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. ILEGALIDADE DO ATO EVIDENCIADA. ANULAÇÃO QUE SE IMPÕE. RECONSTITUIÇÃO DO VALOR DOS PROVENTOS NA FORMA COMO ORIGINARIAMENTE DEFERIDO. APELAÇÃO CÍVEL E CONHECIDA E PROVIDA.

A recorrente aponta a existência de violação do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, ao argumento de que os honorários advocatícios foram fixados em quantia manifestamente irrisória, em valor correspondente a cerca de 0,5% do valor da condenação, ainda não liquidada.

Suscita dissídio jurisprudencial, utilizando como paradigmas arestos desta Corte.

Requer, assim, a majoração dos honorários para 20% sobre o valor da condenação.

Sem contrarrazões, conforme certidão à e-STJ, fl. 420.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

No tocante à tese fundada no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, registro que o arbitramento dos honorários advocatícios pelo critério da equidade, na instância ordinária, é matéria de ordem fática insuscetível de reexame na via especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. VERBA HONORÁRIA FIXADA PELA EQUIDADE. JUÍZO DE VALOR FEITO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que, sendo vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, que considerará o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, consoante o disposto no art. 20, § 4º, do CPC, o qual se reporta às alíneas do § 3º e não a seu *caput*. 2. Os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não ocorre na hipótese em apreço. A fixação da verba honorária pelo critério da equidade, na instância ordinária, é matéria de ordem fática insuscetível de reexame na via especial, ante o óbice da Súmula 7. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.511.018/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 19/6/2015)

Contudo, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que é possível a adequação do valor quando a condenação demonstrar-se irrisória ou exorbitante.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO.

No âmbito do recurso especial, o valor arbitrado a título de honorários de advogado só pode ser revisado se for excessivo ou irrisório; espécie em que verba honorária foi fixada em quantia exorbitante. Recurso especial conhecido e provido em parte. (REsp 1.318.867/BA, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 19/12/2013)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra

Superior Tribunal de Justiça

excessivo, a justificar a reavaliação, em recurso especial, da verba indenizatória fixada.

3. O STJ firmou entendimento no sentido de ser incabível a reanálise do valor fixado a título de danos morais com base em divergência jurisprudencial, pois, ainda que haja semelhança de algumas características nos acórdãos confrontados, cada qual possui peculiaridades subjetivas e contornos fáticos próprios conducentes à fixação do *quantum* indenizatório.

4. Agravo regimental a que nega provimento.

(AgRg no AREsp 397.251/SP, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 3/2/2014)

No caso, a ação foi proposta em agosto de 2010 e o acórdão condenatório apenas foi proferido em dezembro de 2013, com a necessidade de interposição de recurso de apelação pela parte autora para se chegar ao resultado favorável.

Além disso, conquanto o valor da condenação dependa de liquidação, observa-se, da análise da sentença, que o valor do benefício foi reduzido desde o ano de 2005 no valor de R\$ 1.316,50 (mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos) mensais, o que evidencia que o *quantum* da condenação atinge a cifra dos R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mencionado pela recorrente, ao se considerar o período transcorrido até a data da prolação do acórdão impugnado.

Nesse contexto, entendo que são irrisórios os honorários fixados em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Sobre o tema:

PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRA FAZENDA PÚBLICA. FIXAÇÃO EM MONTANTE IRRISÓRIO. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MAJORAÇÃO. CABIMENTO.

1. Ainda que os honorários contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, possam ser fixados em percentual inferior a 10% sobre o valor da condenação, devem observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a remunerar condignamente o trabalho do causídico.

2. No caso, a verba honorária foi estipulada em montante irrisório, considerando-se a expressão econômica da demanda (R\$ 1.378.515,16) e o labor desenvolvido pelo patrono do executado para o reconhecimento da prescrição intercorrente, devendo ser majorada a condenação para 1% sobre o valor atribuído à causa. Precedentes.

3. Recurso especial a que se dá provimento em parte.

(REsp 1.446.719/PR, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/9/2014, DJe 15/9/2014)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de majorar a condenação dos honorários advocatícios, fixando-os em 5% sobre os valores indevidamente suprimidos dos proventos da recorrente, devidamente

Superior Tribunal de Justiça

corrigidos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

